

Governo busca o aval do FMI para abrir portas

Para o Governo brasileiro, mais importante que fechar um acordo stand-by com o Fundo Monetário Internacional será conseguir o aval da instituição ao plano de estabilização econômica, avaliou ontem o secretário nacional de Política Econômica, Antônio Kandir. A missão do FMI, que vai examinar as contas públicas, resolveu antecipar sua vinda ao Brasil em dois dias, devendo desembarcar em Brasília na próxima segunda-feira.

“O endosso do FMI ao programa econômico abrirá as portas para a negociação da dívida externa com o Clube de Paris (reúne os credores oficiais) e demais bancos privados”, justificou Antônio Kandir, que fez um balanço sobre os encontros mantidos com técnicos do FMI e do Departamento do Tesouro norte-americano, na semana passada, em Washington.

Ele acrescentou que a carta de intenções do Governo brasileiro, que será encaminhada possivelmente em setembro para avaliação da diretoria do FMI, terá como eixo o próprio plano de estabilização. Kandir considerou “deselegante” avaliar previamente qual será a postura da missão, mas observou que o choque econômico “responde aos desafios que se colocavam” à época da instalação do governo Collor. Analisou ainda que a nova política industrial, anunciada recentemente, insere a economia brasileira no cenário internacional.

O secretário avaliou ainda

que o Brasil deverá tentar uma renegociação global da dívida externa, proximamente, em condições bem diferentes das verificadas nos anos anteriores. Lembrou que antes os representantes brasileiros se dirigiam ao FMI em situação adversa, porque a economia apresentava “absoluta fragilidade” e o Governo não tinha qualquer controle sobre as contas públicas, o que dificultava um entendimento.

O Governo, informou Kandir, pretende reverter a situação que perdura desde 1984 em suas relações com o FMI, quando passou à condição de contribuinte líquido da instituição, ou seja, pagou mais do que recebeu novos créditos. Segundo Kandir, espera-se selar um empréstimo de aproximadamente 1,4 bilhão de dólares, que equivale a 70 por cento da cota anual de saque a que o Brasil tem direito. Esses recursos seriam liberados em parcelas trimestrais e estariam condicionados ao cumprimento das metas econômicas estabelecidas na carta de intenções.

A missão do FMI será chefiada por Thomas Reichmann, diretor da Divisão do Atlântico Sul, e integrada por mais quatro assessores, que deverão permanecer no Brasil por três semanas. Eles examinarão as contas públicas e avaliarão a possibilidade de o Governo brasileiro conseguir o pretendido superávit orçamentário da ordem de 1,22 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).